



Fórum para
a Sociedade
da Informação

Governança da Internet 2016

FÓRUM PARA A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO GOVERNAÇÃO DA INTERNET 2016

Mensagens de Lisboa

Novembro 2016

ORGANIZAÇÃO

ANACOM

AUTORIDADE
NACIONAL
DE COMUNICAÇÕES

apdsj



EXC

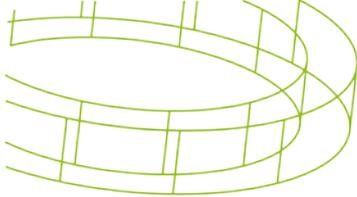
FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia

IAPMEI

Internet Society

Portugal Chapter

(página em branco)



Fórum para a Sociedade da Informação Governança da Internet 2016

ORGANIZAÇÃO
ANACOM ; FEUC ; apds ; U ; IXC ; FCT ; IAPMEI ; Internet Society ; Portugal Chamber

Mensagens de Lisboa

Para garantir um desenvolvimento do modelo de governação que acompanhe o da própria Internet, o que se pede é uma evolução e não uma disrupção, tendo presente que, ao longo dos anos, se tem assistido a uma evolução do papel e da visão dos vários *stakeholders* neste processo.

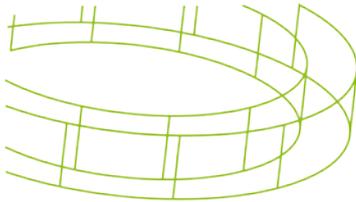
A evolução da Internet tem sido muito impulsionada pela comunidade técnica e o acompanhamento de agentes como os legisladores é mais lento, devendo esperar-se destes um papel mais ativo na discussão do futuro da internet. Esta constatação permite reconhecer que o modelo *multistakeholder* na Governança da Internet não é perfeito, mas há quase uma sintonia em torno da ideia de que é ainda o melhor modelo, garantindo o maior equilíbrio e balanceamento de poder entre os vários *stakeholders*.

Levantam-se ainda dúvidas sobre quem deve participar na discussão, qual o papel que cada um dos *stakeholders* deve assumir, e também se este deve ser reavaliado ao logo do tempo. A verdade é que não têm todos o mesmo peso, seguem agendas políticas e económicas, ou outras, que nem sempre são muito claras. Quem tem o verdadeiro poder de decisão?

Exige-se maior transparência nos processos e partilha da informação de forma alargada assim como uma maior prestação de contas por parte dos vários *stakeholders*. A resolução de litígios globais com base num enquadramento jurídico local, nomeadamente o do Estado da Califórnia no que diz respeito ao *Domain Name System* (DNS), é apontada como outro dos problemas neste modelo de governação *multistakeholder*. Mas até à data não surgiram alternativas credíveis.

De Lisboa parte a ideia de que as questões globais afetam todos e ninguém fica protegido pelas distâncias.

É necessário conseguir um maior envolvimento da comunidade *multistakeholder* nacional, em particular da sociedade civil no debate, num processo *bottom up* que tem sido difícil mas que precisa de reforço para se chegar a mais interlocutores, e a um maior diálogo entre governo, utilizadores da Internet, comunidades académica e técnica, sociedade civil e setor privado. Só assim será possível a verdadeira democratização e partilha do poder na Internet.



Fórum para a Sociedade da Informação

Governança da Internet 2016

ORGANIZAÇÃO
ANACOM ; FEUC ; apds ; IFC ; FCT ; IAPMEI ; Internet Society ; Portugal Chamber

PRIVACIDADE NA INTERNET | DIREITOS E RESPONSABILIDADES, QUE FUTURO?

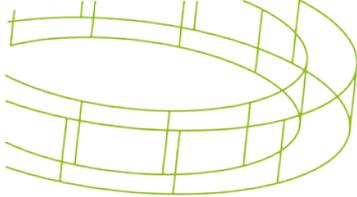
A omnipresença da Internet e a crescente transformação digital da sociedade alteram hábitos, aspirações, regras, profissões, receios, preconceitos e até necessidades dos cidadãos. E por isso a aplicação de novas normas de proteção da privacidade, *e.g.* Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados da União Europeia, que deverá entrar em vigor em 2018, assumem especial relevância para os diferentes representantes da comunidade Internet.

Com muita frequência, as questões em torno da privacidade carecem de mais transparência e devem implicar um maior envolvimento dos *stakeholders* na sua discussão, implementação e regulamentação. Juntamente com a reclamação de que os utilizadores devem ter controlo total sobre os seus próprios dados, esta discussão implica que haja uma melhor preparação dos utilizadores e consumidores para esse processo, através de aquisição de competências e capacitação. Deve exigir-se uma maior responsabilidade e responsabilização por parte atores que disponibilizam serviços e produtos na Internet. Princípios “*by-design*” e o “*by-default*” devem ser prioridades do setor privado o que poderá reduzir o volume de regulamentação dos governos. Para além dos enquadramentos jurídicos, os governos devem ter também como prioridade a formação e educação dos cidadãos.

GOVERNAÇÃO DA INTERNET PARA UM CRESCIMENTO INCLUSIVO

O acesso à Internet por parte dos cidadãos é condicionado por questões relacionadas com a infraestrutura ou com as competências digitais e é uma das atuais fontes de criação de desigualdades sociais. A Internet está cada vez mais presente em todos os aspetos da sociedade, seja informação, comunicação, conteúdo digital e até mesmo na resolução de problemas envolvendo a administração pública.

É necessário um reforço da promoção da literacia digital, incluindo para os media, ou seja, não basta às populações terem acesso à informação, mas também devem aprender a questionar essa informação a que estão a aceder e combater o sentimento de que a sua opinião não é válida. Uma estratégia para a inclusão deve ter em conta o envolvimento de todos e fazer com que se olhe para as pessoas também como recursos válidos nesta nova Sociedade do Conhecimento assente no digital.



Fórum para
a Sociedade
da Informação
Governança da Internet 2016

ORGANIZAÇÃO

ANACOM

apds

FEUC

EX

FCT

IAPMEI

Internet Society

Portugal Chapter

NET NEUTRALITY

Neste tema continua-se a assistir a uma dicotomia de posições entre *stakeholders*. Se por um lado se se identificou que certa regulamentação cria desequilíbrio entre operadores de rede e fornecedores de serviços e aplicações, ditando estes as regras do mercado e não estando sujeitos ao mesmo tipo de obrigações, por outro lado, considera-se que assegurar o acesso a qualquer tipo de conteúdo que o consumidor pretenda, quando, onde e em que aplicação o consumidor quiser, é uma questão fundamental. Num contexto em que o acesso à Internet é considerado como uma *utility*, as restrições de acesso continuam a não ser aceitáveis.



Fórum para a Sociedade da Informação

Governança da Internet 2016

ORGANIZAÇÃO

ANACOM

AUTORIDADE
NACIONAL
DE COMUNICAÇÕES

apdsi

Associação Portuguesa de
Defensores da Liberdade de Informação



FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia



Portugal Chapter